



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

A CIDADE É BRANCA: REFLEXÕES SOBRE O CORPO NEGRO E O ESPAÇO URBANO

RAQUEL DE ARAÚJO FREIRE¹

CARLOS HENRIQUE DE LIMA²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo construir uma análise crítica sobre os processos de urbanização do Rio de Janeiro e Brasília, observando suas dinâmicas territoriais em períodos distintos. O Rio de Janeiro, cidade a ser transformada por uma sociedade pós-abolicionista vigente, partindo de 1920; e Brasília, cidade modernista planejada e construída na democracia, a partir de 1956, sendo ambas aqui estudadas pelos deslocamentos da população negra presente e as consequências das intervenções urbanas. As cidades se revelam espaços segregados, em que se mantém uma lógica de construção e planejamento que contribui para maior aumento da desigualdade social, segregação racial e espacial, fatores negativos decorrentes do pensamento racista de uma sociedade vigente, em seus respectivos contextos. Para que haja mudanças, novos métodos de planejamento do território e de urbanização se tornam imprescindíveis, para que outras visões sobre a produção de cidades possam minimizar os erros decorrentes da urbanização das cidades brasileiras.

Palavras-chave: Brasília; Rio de Janeiro; segregação espacial; urbanismo; racismo.

1. Introdução

As teorias urbanas emergentes do fim do século XIX e início do século XX foram ideias catalisadoras das primeiras grandes transformações no território brasileiro, junto da era da industrialização e das mudanças sociais recentes da abolição da escravidão, sistema estruturante da sociedade e da economia brasileira por muitos anos (1530-1888).

Essas transformações seriam remodelações urbanas, realizadas a partir da virada do século, nas grandes metrópoles do Brasil, tendo a cidade do Rio de Janeiro como exemplo, uma das primeiras cidades a serem guiadas pelos planos urbanos elaborados por engenheiros e técnicos, dispostos a reformularem as cidades seguindo diretrizes do urbanismo moderno e sanitário. Anos depois, com uma nova onda de industrialização do país e o sonho de uma nova capital federal, o concurso de projetos abre espaço para o urbanismo modernista e pouco adensado, resultando em Brasília, percussora como cidade planejada e futurística.

Ambas capitais do país em diferentes contextos espaço-temporais, vistas como dois dos grandes exemplos do início do urbanismo e planejamento urbano no Brasil, suas

¹Graduanda na Universidade de Brasília. raquelaraujofreire@gmail.com

²Prof. Dr. Adjunto na Universidade de Brasília (UnB). carlos.bsbr@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

intervenções urbanas são aqui questionadas por também repercutirem em ampla escala de discriminação, segregação espacial, estratificação e higienização social do espaço, afetando principalmente a população negra da cidade. Sendo assim, o debate gira em torno do formato de urbanismo que se mantém utilizado e reproduzido nas cidades brasileiras até momentos atuais.

O enfoque da pesquisa está em levantar alguns dos principais momentos históricos da urbanização das cidades de Brasília e do Rio de Janeiro, visibilizando os panoramas da população negra, tentando localizá-las nesse processo e trazer reflexões sobre seu protagonismo (ou a falta dele) no processo de construção e urbanização das cidades brasileiras, incluindo visões de autores como Lélia Gonzalez, Achille Mbembe, Frantz Fanon, Lúcio Costa, entre outros.

2. Desenvolvimento

2.1. Um país antes do urbanismo moderno

A virada do século XX revela uma série de acontecimentos que foram desencadeados no país, como eventos que transformaram a sociedade vigente e o início do urbanismo como vemos hoje. O Brasil, como país agrário que aos poucos se insere na produção industrial, tem a necessidade de transformar suas cidades para as novas demandas da economia fabril e de sua recente República. Não somente abrindo espaço para o setor industrial, mas o advento da modernização das cidades seria o novo investimento, como nova visão de se pensar cidade, tendo o “planejamento urbano” como termo ainda recente na urbanização brasileira.

Porém, tendo a cidade não somente como fruto de um trabalho instrumental técnico, pode-se notar o espaço urbano a partir de dois pressupostos: primeiramente como (a) território, onde as disputas de poder são projetadas no espaço físico (SOUZA, 1994); e a cidade como (b) lugar, ou seja, quando ocupada por uma sociedade, tem em seu espaço físico a reprodução de sua cultura e de seus padrões sociais, políticos e econômicos, não sendo essa sociedade isolada de outras influências culturais externas. Com estas definições, o significado do que é espaço urbano se expande, indo além de



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

seu caráter funcional (habitar, circular, etc.) e material (vias, edifícios, parques). A construção de uma cidade passa a ser vista como um processo político, econômico e social, inserida num determinado espaço-tempo e a ser realizada por uma sociedade em vigor, que é regida por um conjunto de ideais que a representam e a definem. (SANTOS, 1994. p.121).

Inspirados pelas remodelações urbanas norte-americanas e europeias, a sociedade brasileira procura se modernizar, tomando como referências os planos urbanos das cidades de ambos os continentes, (BARONE, 2018), importando o discurso apreciado por uma sociedade industrial emergente e pelo sonho da vida cosmopolita liberal. Associada à tal corrente cultural, a urgência de construção da identidade brasileira e de um território que fosse reflexo do “ser brasileiro”, tendo o nacionalismo como sua base (CAMPOS, Candido, 2015. p. 220). Paralelo ao nacionalismo e à evolução do discurso urbanístico técnico, identifica-se os grandes pensamentos sociológicos e científicos em destaque no momento, como determinismo biológico, determinismo geográfico, seleção natural, eugenia (LIRA, 1999), inclusive tornando-se ideias compartilhadas e justificadas por alguns dos engenheiros e arquitetos que, com a ascensão do urbanismo moderno, estariam a modelar as primeiras cidades brasileiras modernas, como o Rio de Janeiro.

2.2. Sobre o urbanismo moderno no Brasil: a ideologia sanitaria, a modernização seletiva e seus pensadores

As perspectivas de evolução das cidades iniciadas pelos teóricos mostram como os debates urbanísticos não eram vistos de forma isolada, e sim sendo discutidas pelos mais diversos campos do conhecimento, incluindo o da ciência médica. A chamada engenharia sanitária, como forma de administrar e planejar as intervenções que deveriam materializar as novas cidades, traria como base de seus princípios ideológicos a eugenia médica, associada ao discurso sanitaria urbano. O sanitarismo, logo, seria visto como a “forma mais adequada de aperfeiçoamento”, tanto do corpo social quanto das cidades brasileiras. O corpo social apto a pensar e ocupar a cidade, defendido por Oliveira Vianna, em “A evolução do povo brasileiro”, seria o da classe na qual pertence a população com caráter ariano (LIRA, 1999. p. 17), que salvaria a sociedade brasileira



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

de uma “regressão lamentável”. Vianna afirmava que a ideia de sociedade e, conseqüentemente de cidade, não poderia ser pensada por “negros, índios e mestiços”, dada a generalidade seus elementos” e sua incapacidade de “exercer essa função superior” (VIANNA, 1933. p.154).

O que Lira (1999) cita como “o mito da superioridade branca” e de “origem ariana”, defendidas por meio de estudos da ciência médica eugênica, reforça a concepção do Eu e do Outro, sendo o "eu", nesse caso, o grupo de indivíduos que estão no controle de construir ou modificar a cidade, e o "outro" os grupos que também habitam a cidade, porém sem os critérios semelhantes aos do grupo no poder, tornando-se meros espectadores das decisões dos indivíduos dominantes. Com a existência dessa lógica, o resultado seria uma cidade hegemônica, ou seja, a cidade que, ao ser construída, tem reproduzida em seu território os ideais e a cultura de um grupo que se reconhece como preponderante, construindo o espaço urbano arbitrariamente, reafirmando assim seu "Eu" diante do "Outro", conduzindo um discurso racista que serviria como instrumentalização teórica e, conseqüentemente, justificativa das reformas urbanas, do controle geográfico e por fim, do controle social.

A produção de conhecimentos estava apontada para a visão do Outro como sendo um ser decadente, menos evoluído, problemático e sintomático, por suas condições biológica e social, sendo necessário sua dominação e manejo conforme as necessidades do dominante. José Mariano Filho, defensor da corrente neocolonialista da década de 20, constrói uma vinculação entre habitação e raça, entre favela e a inferioridade do negro, em seu estudo “Etiologia do fenômeno urbanístico das favelas”; o engenheiro Marcelo Taylor Carneiro Mendonça, durante o I Congresso de Habitação de São Paulo, em 1933, defende a ideia de favelas e cortiços serem a causa dos males eugênicos, com a necessidade de erradicação desses modos de morar e a devida expulsão de seus residentes do centro urbanos. Como sujeitos produtores do espaço urbano, as referências de técnicos urbanistas brasileiros foi encontrada a) nas teoria da *Garden City* de Ebenezer Howard; b) nos planos de embelezamento da cidade europeias, como Paris e Barcelona, sob a regularização do Plano Haussman e do Plano Cerdá; c) os zoneamentos urbanos de cidades norte-americanas, como o do urbanista



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Harland Bartholomew na cidade de Saint Louis (BARONE, 2018) e o plano de D. Burnham para a cidade de Chicago (1909).

Dito isso, reacende-se o debate de que a segregação urbana surge devido ao sistema de classes sociais da relação capital-trabalho, reproduzindo a estratificação social, a pobreza e por fim, segregação socioespacial. Porém, a hierarquização de classes, retratada como definidora dos ricos e pobres, sucede como evento posterior à base da nossa formação histórico-cultural, que envolve o processo da constituição do sujeito e, principalmente, a inserção do negro na sociedade brasileira (FERNANDES, 1978, p. 32).

Como apresentado por Jessé Souza, a "modernização seletiva" da cidade se apresenta primeiramente num plano de sociedade racialmente dissimulada (SOUZA, Jessé. 2000). Quando a constituição de Estado e mercado se insere no país, o racismo se forja dentro do sistema de produção e do trabalho, garantindo novas formações sociais, porém sob padrões tão antigos quanto a sociedade brasileira precede. Na cidade, se reflete como a "institucionalização do acesso diferencial aos bens culturais" ou no caso de Brasília, o acesso *diferenciado* do planejamento e execução dos projetos urbanos.

2.3. O urbanismo emergente do Rio de Janeiro

Brevemente, discorre-se aqui sobre o caráter técnico e higienista das práticas urbanísticas no início de século. Após as reformas de Pereira Passos (1903-1906), o prefeito Carlos Sampaio, em 1920, encaminhando as comemorações do Centenário da Independência, executa o arrasamento do Morro do Castelo (1922). Com o novo aterro, são criados novos solos urbanos e remove-se a população marginalizada presente no centro, consolidando o processo de expansão dos subúrbios como núcleos favelizados (SILVIA, 2010. p.165), ou seja, ocupações devido às demolições de morros e próximos aos centros (o primeiro foi o Morro do Senado, demolido em 1879).

O Plano Agache, realizado na década de 1930 e planejado pelo urbanista francês Albert H. Donat Agache, se caracteriza por trazer a política de erradicação de favelas como *slogan* das mudanças urbanas, simbolicamente. Inclusive, em seu plano, já previa a



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

derrubada do Morro Santo Antônio (que só ocorre em 1941) e ameaça derrubar os chamados “arrabaldes”, localizados na região suburbana a norte-oeste e em torno da serra do Engenho Novo (SILVA, 2010. p. 167), somado à qualificação e embelezamento do coração da cidade, onde se localiza o Centro e bairros da Zona Sul, áreas da cidade destinados às classes média e alta. Importante lembrar que a disseminação das favelas nos subúrbios da cidade, representava o deslocamento das indústrias próximos a essas áreas. Aprovado como legislação urbana de nº 6000/1937, além de proibir a autoconstrução não consultada pelos poderes públicos, também estabelece que as áreas industriais fossem afastadas dos centros e das zonas de classe média e alta, ou seja, nas zonas suburbana norte e oeste da cidade, assim como ocorria em Saint Louis, nos EUA (BARONE, 2018).

Entretanto, interessa observar aqui o caráter das intervenções e em como tiveram impacto no deslocamento de populações negras. A demolição do cortiço conhecido como “Cabeça de Porco”, em 1893, foi realizada num aspecto não somente interventor mas também caricato, onde derrubou-se o conjunto de moradias e desfez-se os vínculos de sociabilidade da região central da cidade (CHALHOUB, 1996), com uma massa populacional que, se deslocando ao Morro da Providência, se encontra sob a mesma ausência de políticas públicas urbanas.

Com a proliferação de favelas nos subúrbios, e o aumento do interesse imobiliário sobre certas áreas da cidade, os regimes políticos cariocas, a partir da década de 30 e 40, viram-se pressionadas (inclusive por empresa estrangeiras) a estabelecer políticas de habitação urbana em certas zonas da cidade, como forma de remanejamento do espaço urbano favelizado (incluindo seu afastamento de ponto relevante da cidade) e como forma de obtenção do capital imobiliário para a gestão do território. Nos anos 1960, período de ascensão ditatorial e, portanto, com poucas possibilidades de diálogos públicos ampliados, o governo Carlos Lacerda foi responsável pela maior parte desse tipo de planejamento urbano, com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) e a criação de três conjuntos habitacionais (Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus), deslocando os moradores de mais de dez favelas para esses locais (SOUZA, 2016).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Entretanto, há o interesse do capital privado sobre as áreas favelizadas em boas localizações geográficas da cidade. Nesse momento, uma sequência de misteriosos incêndios acontecem nessas áreas favelizadas, como o caso do Pinto na Lagoa, em 1969, resultando no deslocamento das massas populacionais mais pobres, que eram remanejadas para conjuntos habitacionais providos pelo governo Lacerda, e por fim abrindo espaço sem complicações para a construção de condomínios luxuosos nessas áreas.

Percebe-se logo que o crescimento de favelas levou o governo a adotar como prática urbanística as remoções, especialmente em áreas de interesse fundiário e econômico, e em como o deslocamento do corpo negro está nas práticas do Estado como dinâmica natural e cotidiana. Como dito por Lélia Gonzalez (1984), a cidade é resultante da “divisão racial do espaço”, em que “da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos habitacionais”(GONZALEZ, 1984. p. 232), o “o lugar do negro” está no não-lugar. Esta prática de remoção volta à tona recentemente, durante as administrações do prefeito Eduardo Paes, que resultou num número de remoções maior (37.000 pessoas) que as das gestões de Carlos Lacerda (31.000 pessoas) e Pereira Passos (20.000 pessoas), períodos marcados historicamente pelas remoções (FAULHABER, 2015. p. 38).

Para Mbembe (2018), este Estado permanente de exceção é uma forma de controle dos corpos operado na modernidade tardia e nos Estados colonialistas contemporâneos. Mais do que o aspecto de classe, importa para os governos controlar as alteridades, o Outro, aqueles que o autor chama de “colonizados”. Trata-se, por isso, de política racial, caracterizado na cidade por uma dinâmica de fragmentação territorial que, numa relação entre soberania e espaço, as decisões são dadas pelo Estado e que determina os destinos apropriados, tanto da “ocupação colonial contemporânea” quanto dos “corpos colonizados” (Mbembe, 2018. p.41).

Desta forma, o resultado do território do Rio de Janeiro atual está num Centro e Zona Sul marcados por uma população majoritariamente branca, e das zonas Nortes e Oeste da cidade (exceto a Zona da Tijuca) marcado por uma população negra (preta e parda),



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

como mostrado pelo Mapa Data Racial, elaborado com os dados censitários disponibilizados pelo IBGE de 2010 da classificação racial dos residentes na cidade:



Figura 1 - Mapa de Distribuição Racial da População na cidade do Rio de Janeiro. Sem escala.

Fonte: Patadata.org (site), 2019. As manchas azuis (população branca) se concentram no Centro e Zona Sul, as manchas verdes (pessoas pardas) e vermelhas (pessoas pretas) se distribuem pelas Zonas Norte e Oeste do Rio.

2.4. Brasília, a cidade democrática?

De 1956 a 1960, era erguida no centro do país a futura capital administrativa nacional. Não diferente de outras cidades brasileiras, Brasília era uma promessa política, pensada sob as vantagens de ter seu traçado urbano a ser planejado do zero. O concurso do plano urbanístico da cidade, realizado pela Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, no qual incluía o futuro arquiteto das edificações da nova capital, Oscar Niemeyer, dá o veredito final do vencedor pelo relatório do júri, registrado em 15 de março de 1957, o qual determina Lúcio Costa, candidato do projeto nº 22, como o ganhador do concurso.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Entre os ideais urbanísticos de Brasília, percebe-se o rodoviarismo e os cinco pontos da arquitetura moderna em evidência, mas principalmente um modelo racionalista, de uma cidade que deve funcionar como um grande organismo; e sanitarista, contando com elementos paisagísticos como o cinturão verde e a área alagada, ambos métodos de contenção do crescimento urbano e apropriados para a manutenção do traçado do Plano Piloto. A ideia foi planejada por outros sonhadores da capital, como Saturnino de Brito, enfatizada no projeto de Lúcio Costa e estabelecida posteriormente pela principal empresa urbanizadora na criação da capital, a Novacap (DERNTL, 2018).

Logo, chamados candangos, milhares de trabalhadores de toda a parte do país chegavam à futura capital e se instalavam no canteiros de obras que Brasília havia se tornado, improvisando moradias ou ficando nas instalações da empresa urbanizadora, chamada Novacap, sob extrema vigilância. Essas moradias improvisadas eram realizadas em grande escala, dando origem aos chamados acampamentos; alguns fomentados pela Novacap, outros pela iniciativa dos próprios trabalhadores, alguns direcionados para certo canteiros de obras, como os da Vila Paranoá (SOUZA, Nahir, p.57) , para a construção da barragem de mesmo nome, e da Vila Planalto (ZARUR, p.81), para a construção da Praça dos Três Poderes, essa considerada por Lúcio Costa como “a Versalhes de Brasília” (COSTA. 1995, p.5).

Para se impedir a criação de áreas suburbanas próximas à capital, Lúcio Costa planeja dois anéis em volta do núcleo piloto: o primeiro, de atividade agrícolas e granjas, onde residiriam os periféricos; o segundo anel, para atividades industriais, descentralizaria as funções exercidas pelos periféricos no seu sustento diário, com a ênfase de “em vez de ficarem em função do centro, da matriz, seriam afastadas para a periferia, por uma “força centrífuga” e viveriam em função de atividades industriais ou rurais.” (COSTA, 1974, p.26) . A criação das cidades-satélites se antecipa, devido ao processo urgente de transferir os operários e suas famílias do centro longe da cidade construída. Com as remoções e os remanejamentos realizados pelo poder público, inicia-se a luta pelo direito de morar e o início das dinâmicas de segregação socioespacial no DF, ainda durante a construção da cidade capital, constituindo um território sob o caráter “Centro *versus*



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

periferia” e sobre quais seriam os perfis dos residentes de cada espaço (HOLSTON, 1993, p. 210):

As primeiras composição do que se é Brasília são histórias de cidades criadas pelos remanejamento de favelas e acampamentos no centro da cidade a serem removidas, como as Vilas IAPI, Bernardo Saião, Tenório, Esperança e Morro do Querosene para a cidade Ceilândia (1970); as Vila Sarah Kubitschek e Vila Matias para Taguatinga (1958); parte das invasões do Núcleo Bandeirante indo para Sobradinho (1960); a Vila Dimas para parte de Taguatinga e do Gama (SOUZA, Nahir, 1996). O processo de loteamentos urbanos das cidades-satélites era diverso em irregularidades e barganhas com o poder público, que administrava terras brasilienses de forma especulativa, diante da cidade planejada e construída que era o núcleo piloto.

Percebe-se então a caminhada às cidades satélites como um processo rápido e intenso, de convencimento da população (a Comissão de Erradicação de Invasões de 1970, ou CEI, que dá surgimento à Ceilândia) ou à expulsão forçada, e que devido às urgências de habitação, saneamento, iluminação, entre outros, se viu numa sequência de eventos como autoconstrução intensa, exclusão social, apoios e abandonos do poder público no decorrer dos anos, movimentos populares no início dos anos 60 por demandas habitacionais (Movimento Progressista de Taguatinga; Turma da Boa Vontade; Sociedade de Defesa da Vila Matias, etc.), que resulta na idealização de planos urbanos (DERNTL, 2019), porém não sendo do mesmo preparo e cuidado que o centro teve em sua idealização, mas sim como um produto imediato de uma demanda populacional periférica, um processo improvisado e nada similar à estruturação meticulosa do Plano Piloto.

A modernização seletiva da cidade e o uso exclusivo da terra no centro, resultou numa cidade em que a estratificação social se torna evidente na organização do território, com alta valorização imobiliária do centro, e devido ao desenho urbano espraiado, o poder público apresenta constante ineficácia na fiscalização e regularização de sua totalidade territorial, porém mantendo uma política estrita que, desde sua concepção, em afastar quaisquer ocupações emergentes no traçado sagrado do núcleo piloto. Enquanto isso,



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

uma dinâmica econômica de dependência do centro segue, com a demanda diretamente do Plano Piloto do campo de trabalho representando 41,43% da concentração dos empregos formais do Distrito Federal (DERNTL, 2018). Novos fenômenos, devido à alta valorização do centro, ocorrem no território brasiliense, como a o aumento do valor imobiliário nas cidades-satélites mais próximas ao Plano Piloto (hoje chamadas de Regiões Administrativas, ou RA's), resultando na expulsão das classes mais populares para RA's mais distantes até a dimensão fora do território do DF, na chamada Região Metropolitana (Cidade Ocidental, Planaltina de Goiás, Luziânia, etc), sendo a periferização então um processo constante e incessante do espaço urbano de Brasília.

Atualmente, a cidade vive as ações resultantes de seus planejadores e urbanizadores, nascida sob o plano de uma metropolização periferizada, constituída por cidades satélites, de 10 a 15 km de distância, com áreas verdes marcando a paisagem entre elas, e uma população registrada não somente por um segregação espacial, mas racial, desde sua construção até sua consolidação. De acordo com o Mapa Data Racial, elaborado com os dados censitários disponibilizados pelo IBGE de 2010, e de acordo com os dados da Codeplan 2018 (Companhia de Desenvolvimento e Planejamento do DF), a cidade de Brasília (hoje reconhecida como formada pelo Plano Piloto e suas Regiões Administrativas) ainda se mantém constituída por uma população do centro predominante branca, migrante de regiões Sudeste e Sul do país, seguida de áreas periféricas predominantemente negra (preta e parda), composta por migrantes predominantemente das regiões Norte e Nordeste do país (CODEPLAN, 2018).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

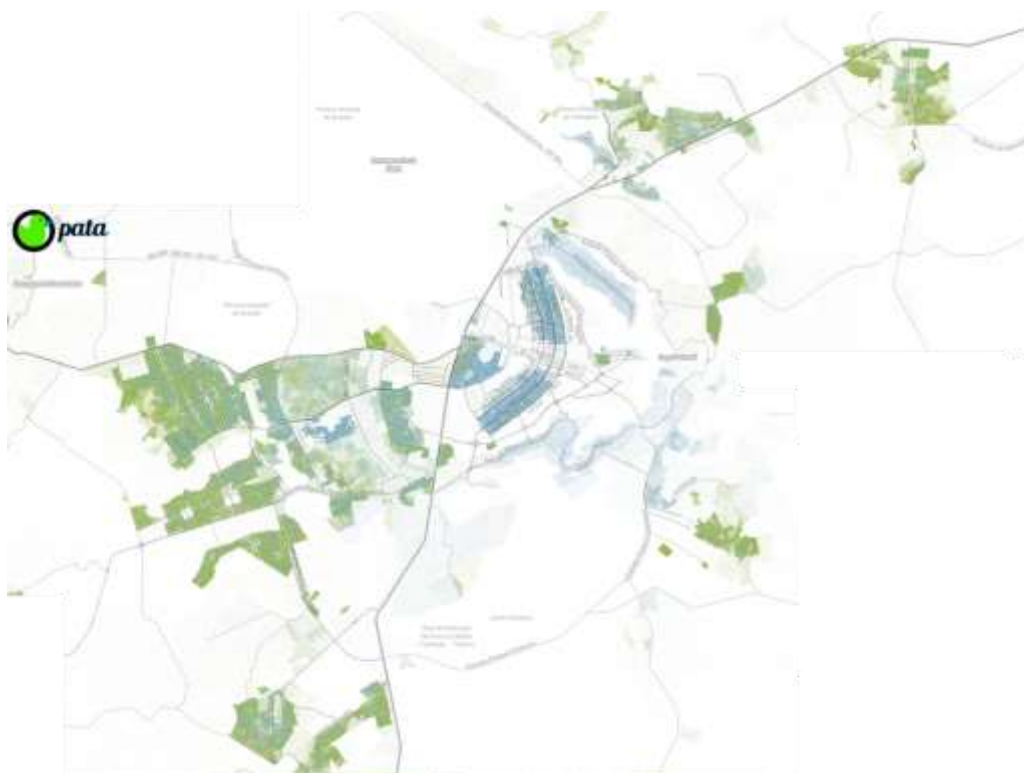


Figura 2 - Mapa de Distribuição Racial da População na cidade de Brasília. Sem escala.

Fonte: Patadata.org (site), 2019. As manchas azuis (população branca) se concentram no centro (Plano Piloto, região dos lagos) e RA's próximas (Guará, Park Way, Jardim Botânico, etc.). Já as manchas verdes (pessoas pardas) e vermelhas (pessoas pretas) se distribuem ao redor do núcleo central, concentrados na ocupação urbana à Oeste (RA's como Ceilândia, Taguatinga e Samambaia), ao Norte (Sobradinho e Planaltina) e Sul da cidade (Gama, Santa Maria, etc.).

3. Conclusões

É possível identificar como pensamento social e o planejamento urbano andavam juntos, e que, conseqüentemente, os pressupostos raciais também estão nas origens históricas do zoneamento dos territórios carioca e brasiliense. No caso do Rio de Janeiro, os métodos urbanos científicos, com o discurso de combater a insalubridade e as epidemias urbanas, também foram instrumentos de uma biopolítica nacional, em que a população negra foi vista como a origem dessas doenças e dos grandes caos urbanos que assolavam os antigos centros urbanos, sendo necessária sua remoção e afastamento das áreas centrais da cidade. Quanto à cidade de Brasília, mesmo diante da



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

oportunidade de ser uma cidade planejada e que representasse a redemocratização do país, se criou sob um regime político urbanizador seletivo e especulado, de afastamento da massa de operários para áreas periféricas e de manutenção do traçado da cidade formal central, revelando-se assim o *modus operandi* também despolitizado de enfrentar os problemas sociais da época, como a alta vulnerabilidade social e a pobreza da população negra e nordestina.

Mediante um olhar crítico sobre o processo urbano brasileiro, revela-se que a concentração de pessoas negras na cidade informal não pode ser considerada uma coincidência. Recorrente nos estudos urbanísticos, o tema da segregação socioespacial se revela além da disposição de classes sociais pela relação capital-trabalho, ou seja, com o advento da sociedade de classe, há um remanejamento social e espacial dos antigos padrões de subalternização da população negra feita pelos indivíduos dominantes. E pela dissimulação das questões raciais no urbanismo, os pressupostos sociais dos “outsiders” (minorias étnicas no Rio e migrantes em Brasília) foram colocadas com maior ênfase e visibilidade, seja por uma pela ausência ou fragilidade das discussões, e que é reforçado por grande parte das análises urbanas do território nacional.

Logo, o processo de urbanização de ambas as cidades também foi um processo de branqueamento do território, principalmente nas regiões que receberam grandes projetos de infraestrutura urbana. E na recapitulação de seus contextos históricos, reviravoltas sociais e resultados urbanos, conclui-se que o Estado atuou diretamente com políticas hegemônicas e discriminatórias, sem políticas públicas urbanas que dignificassem o destino dos corpos negros, que viviam na cidade pós-abolicionista em diante. Com a lógica de periferização e seletividade espacial da infraestrutura a ser aplicada, obtém-se as dinâmicas de segregação socioespacial de Brasília e do Rio de Janeiro atuais, em que morar se torna status de poder, social e econômico, marcando os corpos nas cidades através de suas origens urbanas.

Referências Bibliográficas



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Harland Bartholomew e o zoneamento racialmente informado: o caso de Saint Louis*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais, São Paulo. v. 20. n.3. p.437-456. set-dez 2018.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Pp. 137-141.

CAMPOS, Andreino de Oliveira. *Questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: Algumas considerações teórico-metodológicas*. In: Renato Emerson dos Santos (Org.), *Questões Urbanas e Racismo - Petrópolis*; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 69 - 103.

CAMPOS, Candido Malta. *Urbanismo e antiurbanismo no debate nacional. Estud. av.* [online]. 2015, vol.29, n.85, pp.217-235. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015008500015>>.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal). *Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílios 2018 - Distrito Federal*. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/>>

COSTA, Lúcio. *Depoimento de um arquiteto carioca*. In: *Centro dos Estudos Universitários de Arquitetura*. Lúcio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: UFRGS. 1962.

_____. Considerações em torno do plano piloto de Brasília. Brasília. In: I SEMINÁRIO DE ESTUDOS URBANOS DE BRASÍLIA. [Documento]. Comissão do DF: Gráfica do Senado Federal, 1974.

_____. Registro de uma vivência. São Paulo, Empresa das Artes, 1995, p. 5.

_____. Com a palavra, Lúcio Costa. Organização: Maria Elisa Costa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 93.

Cronologia do Pensamento Urbanístico. *Verbetes "Fundação da cidade-satélite de Ceilândia"*. Disponível em:

<<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1600#prettyPhoto>> Acesso em: 8 JUN 2019.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano: A concepção das cidades-satélites de Brasília. In: Vitruvius [Online]. Out 2018. Edição 221.03, ano 19. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.221/7150>>. Acesso em: 8 JUN 2019.

_____. *O Plano Piloto e os planos regionais para Brasília entre fins da década*



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

de 1940 e início dos anos 60. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 26, jan. 2019. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5918>>. Acesso em: 8 JUN 2019.

FAULHABER, Lucas. *Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI*. Monografia de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A inserção do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Ática, 1978.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira, 1984. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. Trad. Marcelo Coelho, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LIRA, José Tavares de Correia. *O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945)*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*, São Paulo. n.1 (1999). p. 47-78. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/26/14>>

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*; Renata Santini (trad.). – São Paulo: n-1 edições, 2018.

PIRES, Hindeburgo Francisco. *Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração catalã*. *Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências Sociais*. Vol. XV, nº 895 (13). Barcelona, 5 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-895/b3w-895-13.htm>>

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994, 190 p.

SILVA, Maria Laís Pereira da. *A favela e o subúrbio: associações e dissociações na expansão suburbana da favela*. In: Márcio Piñon de Oliveira e Nélon da Nóbrega Fernandes (Orgs.), *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina; Niterói: Eduff, 2010. p. 165- 183.

SOUZA, Gabriel de Ernesto. *Urbanização de favela contemporânea: o projeto para o agrupamento 01 do Morar Carioca*. II Seminário Nacional sobre Urbanização de favelas - URBFAVELAS 2016 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. *Revista de História da UFG*. v.6 n. 2 (2000). p.227-235. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10577/7040>>

SOUZA, Marcelo L. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de et alli. (Orgs.), *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec, Anpur, 1994.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

SOUZA, Nair. H. B. de; MACHADO, Maria S.; JACCOUD, Luciana B. *Taguatinga: uma história candanga*. In: Aldo Paviani (Org.), *Brasília, moradia e exclusão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. (p. 53-79). 250p.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.

ZARUR, Sandra B. *Vila Planalto: um caso de resistência popular*. In: Aldo Paviani (Org.), *Brasília, moradia e exclusão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. (p. 81-113). 250p.